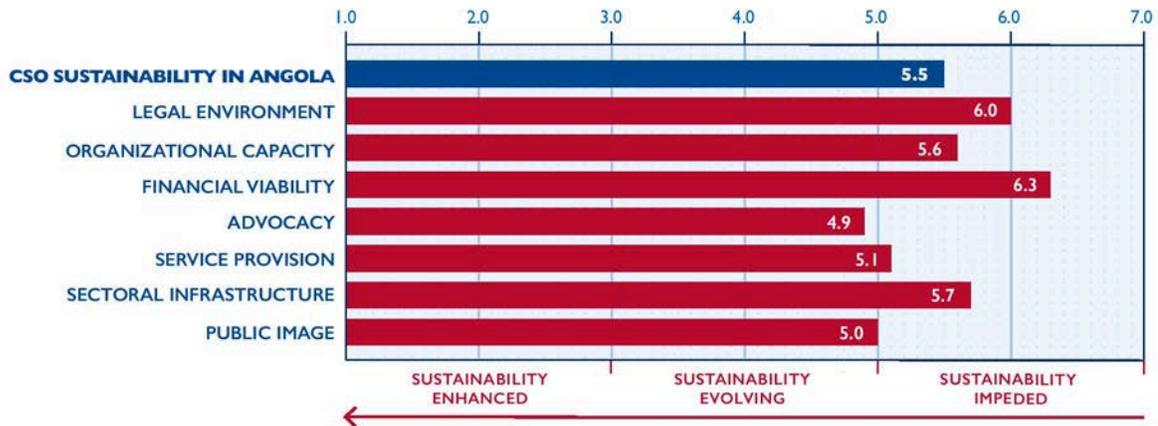


## SUSTENTABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: 5.5



Angola foi desafiada economicamente e socialmente pela pandemia da Covid-19 em 2020. Os dois primeiros casos da Covid-19 no país foram confirmados no dia 21 de Março de 2020. No dia 26 de Março, o Governo de Angola declarou estado de emergência, seguido de um estado de calamidade em escala reduzida que se manteve em vigor durante o resto do ano. Durante o estado de emergência, encerraram-se as fronteiras, escolas e restaurantes; exigiu-se o distanciamento social; proibiu-se as reuniões públicas com mais de dez pessoas; e limitou-se o transporte público. As Organizações da Sociedade Civil (OSC) ajudaram nos esforços do Governo para o alívio da pandemia ao distribuírem alimentos e suprimentos de protecção. Muitas organizações entraram em crise durante a pandemia por causa da falta de financiamento.

No segundo semestre de 2020, registou-se manifestações em todo o país; protestaram contra o aumento acentuado do custo de vida, corrupção e a alta taxa de desemprego, mormente entre os jovens. Os manifestantes exigiram que o Governo estabelecesse a data para as prometidas eleições autárquicas, que foram procrastinadas por causa da pandemia e por razões políticas, que incluiu a falta de implementação das legislações autárquicas. As manifestações violaram o Decreto Presidencial que proibia as reuniões e aglomerações públicas de até 10 pessoas, durante a pandemia, e algumas tornaram-se violentas. Às vezes, a Polícia usava a força excessiva para controlar os protestos, e relataram-se ferimentos graves, detenções de jornalistas, desaparecimentos de manifestantes, e pelo menos uma morte.

A liberdade de imprensa continuou restrita em 2020. Vários jornalistas que cobriam as manifestações, incluindo três da Rádio Eclésia e dois da TV Zimbo foram presos. A Palanca TV e a TV Zimbo, voltaram a ser controladas pelo estado depois que uma investigação de corrupção concluiu-se que foram financiadas ilegalmente com fundos públicos. No mês de Setembro, o Governo anunciou que a TV Palanca se tornaria um canal de TV estatal, especializada em desportos.

A economia angolana abrandou em 2020, à medida que o preço do petróleo declinava e a pandemia prejudicava a actividade económica. Muitas empresas fecharam, o que levou a uma perda significativa de empregos. O sector informal foi afectado pelas medidas pandémicas do Governo. A taxa de pobreza em Angola aumentou de 32% em 2019 para 41% em 2020, de acordo com INE (Instituto Nacional de Estatística). Alguns analistas argumentaram que uma parcela insuficiente do orçamento do estado foi alocada ao sector social, onde medidas urgentes eram necessárias para evitar o declínio generalizado. O Fundo Monetário Internacional (FMI) disponibilizou Um bilião de dólares para Angola em 2020 ao abrigo da sua Linha de Financiamento Ampliado, e Angola foi capaz de interromper mais de 3 biliões de dólares nos pagamentos de serviço da dívida aos principais credores.

A sustentabilidade geral do sector das Organizações da Sociedade Civil (OSC) melhorou ligeiramente em 2020. Fortaleceu-se a capacidade organizacional das Organizações da Sociedade Civil por meio do uso eficaz de tecnologias

digitais. Melhorou-se ligeiramente a infra-estrutura sectorial com a abertura de um novo recurso e o aumento da cooperação das Organizações da Sociedade Civil. A cobertura da mídia no combate das Organizações da Sociedade Civil contra a pandemia melhorou a imagem pública do sector. Todas as outras dimensões de sustentabilidade permaneceram imutáveis.

De acordo com o Instituto de Promoção e Coordenação de Ajuda às Comunidades (IPROCAC), o principal órgão de supervisão das Organizações da Sociedade Civil, existe em Angola, um total de 356 Organizações da Sociedade Civil nacional, 28 Organizações da Sociedade Civil internacionais, 10 fundações locais, 23 instituições religiosas nacionais e 1 fundação internacional, ou um total de 424 organizações, operaram em Angola em 2020. Este número representa um ligeiro declínio de 437 organizações em 2019, o que é provavelmente atribuível à pandemia.

## AMBIENTE JURÍDICO: 6.0



O ambiente jurídico das Organizações da Sociedade Civil manteve-se praticamente imutável em 2020.

A Lei 14/91 sobre associações exige que as Organizações da Sociedade Civil se registem antes de começarem as suas actividades, e o Decreto 84/02 descreve o processo de registo. Para registar-se, as Organizações da Sociedade Civil submetem pedidos de autorização para operar em conjunto com a documentação exigida pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos. Depois de receberem a aprovação ministerial, as Organizações da Sociedade Civil registam-se no Instituto de Promoção e Coordenação de Ajuda às Comunidades (IPROCAC) e autoridades provinciais nas áreas geográficas em que operam. O Portal de Serviços Públicos Electrónicos do Estado de Angola (SEPE), que foi lançado em 2018, facilitou o registo de

novas organizações. No entanto, várias organizações não puderam registar-se em 2020, porque não conseguiram obter os documentos exigidos ou pagar as taxas de registo, que são altas. Algumas organizações, na sua maioria pequenas Organizações da Sociedade Civil rurais financiadas por doações privadas locais operam sem estatuto jurídico/legal.

As Organizações da Sociedade Civil devem submeter os relatórios regulares de progresso sobre as suas actividades ao Instituto de Promoção e Coordenação de Ajuda às Comunidades e para as autoridades locais, e as organizações maiores devem fornecer relatórios semestrais e anuais ao Instituto de Promoção e Coordenação de Ajuda às Comunidades e relatórios trimestrais aos governos provinciais.

Relatou-se pouco assédio estatal às Organizações da Sociedade Civil em 2020. As Organizações da Sociedade Civil em Angola operam livremente e sem interferência do Governo, desde que cumpram com a lei e com a agenda política do Governo. As Organizações da Sociedade Civil têm direito à protecção do estado, desde que cumpram os objectivos para as quais foram fundadas. As Organizações da Sociedade Civil (OSC) devem informar as autoridades locais com antecedência sobre as actividades planeadas, que o Governo afirma permitir que as autoridades apoiem as actividades das Organizações da Sociedade Civil com arranjos necessários, como segurança. As organizações que não o fazem podem ser questionadas pelas autoridades sobre as suas intenções. Em 2020, as Organizações da Sociedade Civil foram obrigadas a aderir a todas as restrições relacionadas à pandemia. Por exemplo, grandes reuniões foram proibidas e as Organizações da Sociedade Civil tiveram que obter o consentimento antes de realizarem o trabalho diante das comunidades.

Todas as Organizações da Sociedade Civil (OSC) registadas têm direito a isenção de impostos de renda de artigos importados para o trabalho humanitário. De acordo com a nova lei de 2019, as Organizações da Sociedade Civil devem pagar o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) na compra de artigos. Empresas legalmente registadas que fazem doações para apoiar projectos de desenvolvimento social e comunitário são elegíveis para deduções de até 40% dos lucros tributáveis ou 30% se as suas doações beneficiarem os seus trabalhadores e as suas famílias.

Não existe legislação que permita às Organizações da Sociedade Civil gerar lucros por meio de seus próprios programas e actividades, embora elas possam cobrar taxas para cobrir custos administrativos. Para competir com os contratos administrativos, as Organizações da Sociedade Civil devem ter o estatuto de utilidade pública. No entanto, por causa de um processo de licitação opaco e à falta de reconhecimento uniforme da elegibilidade das Organizações da Sociedade Civil para competir, as Organizações da Sociedade Civil geralmente têm dificuldades de obter contratos governamentais.

Vários advogados em Angola estão familiarizados com os assuntos jurídicos relacionados à sociedade civil. As organizações geralmente pagam por aconselhamento jurídico, embora alguns advogados, como por exemplo, os da Associação dos Direitos Humanos, “Mãos Livres”, chegam a fornecer apoio jurídico gratuito às Organizações da Sociedade Civil em todo país. Várias Organizações da Sociedade Civil, como a Development Workshop (DW) e a Associação de Desenvolvimento e Enquadramento Social das Populações Vulneráveis (ADESPOV), contam com equipas jurídicas nos seus quadros.

## CAPACIDADE ORGANIZACIONAL: 5.6

A capacidade organizacional das Organizações da Sociedade Civil foi ligeiramente mais forte em 2020, pois mais organizações usaram tecnologias digitais nos seus trabalhos.

Algumas Organizações da Sociedade Civil maiores mantiveram contacto com as suas comunidades em 2020 ao adoptarem-se rapidamente à nova realidade da pandemia. A organização DW (Development Workshop), por exemplo, documentou as mudanças das comunidades no acesso à água durante a pandemia e a Organização Internacional Humanitária (OHI) trabalhou para aumentar a sensibilização sobre o perigo dos vírus na província de Benguela. O Centro de Apoio aos Jovens (CAJ), PRAZEDOR, a Associação Solidariedade Cristã e Ajuda Mútua (ASCAM), a Mwenho – Associação de Mulheres Vivendo com o VIH e outras organizações aproveitaram o confinamento forçado para aprender mais sobre monitoria e avaliação. Ao usar recursos, como vídeoaulas, estas organizações melhoraram as suas habilidades e, depois aplicaram os seus novos conhecimentos ao obterem dados da linha de base de projectos que começaram em 2020.

As Organizações da Sociedade Civil devem ter missões claramente definidas nos estatutos apresentados no momento do seu registo. As Organizações da Sociedade Civil prestam cada vez mais atenção às suas missões e declarações de visão e valor, pois sabem que são atractivas para potenciais doadores corporativos e internacionais. Muitos financiadores querem revisar os planos estratégicos das Organizações da Sociedade Civil, e alguns doadores, como o Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), exigem planos estratégicos como condição para financiamento. Em 2020, organizações estabelecidas continuaram a ajudar outras Organizações da Sociedade Civil a desenvolverem planos estratégicos de longo prazo. Por exemplo, a Associação de Actores Sociais para a Promoção dos Direitos da Primeira Infância em Angola (AASPDPIA) ajudou a elaborar o plano estratégico da People in Need, e a Organização Humanitária Internacional (OHI) também contribuiu para o plano estratégico da Prazedor.

As Organizações da Sociedade Civil geralmente têm órgãos internos definidos, como assembleias gerais, conselhos de administração e conselhos de supervisão, bem como pessoal executivo, que incluem directores executivos, gestores e pessoal de apoio. Os estatutos das Organizações da Sociedade Civil geralmente apresentam a estrutura organizacional, responsabilidades e relacionamentos dos vários órgãos. Por lei, as Organizações da Sociedade Civil devem ter conselhos de administração, que devem reunir-se regularmente para revisar as políticas organizacionais e as principais conquistas. As reuniões gerais anuais devem ser documentadas em actas escritas. As Organizações da Sociedade Civil geralmente têm políticas que regem as áreas como gestão de projectos, relatórios e contabilidade, que têm o objectivo de garantir a sua integridade, transparência e responsabilidade. Apenas um pequeno número de organizações têm políticas de conflito de interesses, embora elas estejam a tornar-se mais comuns.



Dada a escassez generalizada de fundos em 2020, as Organizações da Sociedade Civil continuaram a ter dificuldades de recrutar e reter quadros qualificados. A Organização Humanitária Internacional, a Prazedor, o Fórum Juvenil de Apoio a Saúde e Prevenção do SIDA (FOJASSIDA) e a Liga de Apoio ao Desenvolvimento Social (LADS) estavam entre as organizações que demitiram funcionários por causa da falta de financiamento. Muitos funcionários jovens das Organizações da Sociedade Civil deixaram as suas organizações, incluindo Organizações da Sociedade Civil bem estabelecidas para trabalhar para o Governo, empresas petrolíferas e outras empresas que poderiam oferecer melhores salários e condições de trabalho. As Organizações da Sociedade Civil tendem contratar funcionários com experiências e habilidades necessárias, mas sem qualificações académicas, porque não podem pagar os salários que os funcionários exigem. Geralmente, fornecem-se descrições de cargos e as Organizações da Sociedade Civil maiores observam os regulamentos do Governo sobre o fornecimento de contratos e o pagamento da segurança social. As Organizações da Sociedade pequenas e rurais geralmente oferecem apenas contratos de serviço a curto prazo. Os principais funcionários recebem treinamento de agências parceiras e outros funcionários recebem treinamento prático por interagirem com funcionários mais experientes no trabalho. Algumas Organizações da Sociedade Civil grandes, como a Rede Angolana de Organizações de Serviços do SIDA (ANASO), a Associação de Desenvolvimento e Enquadramento Social das Populações Vulneráveis (ADESPOV) e a Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo (ADPP) realizaram treinamento de refresco aos seus funcionários sobre conflito de interesses em 2020. As Organizações da Sociedade Civil de Angola obtêm serviços especializados, como contabilidade e assessoria jurídica dos funcionários de outras Organizações da Sociedade Civil.

A infra-estrutura da internet em Angola melhorou consideravelmente nos últimos anos e continuou a melhorar durante a pandemia. Quase todas as Organizações da Sociedade Civil estão agora ao alcance da internet, embora o serviço seja geralmente caro. Por causa das restrições de movimento relacionados à pandemia em 2020, as Organizações da Sociedade Civil confiaram cada vez mais na internet e aprenderam a usar as novas plataformas de comunicação, como o Zoom e a Microsoft Teams. As organizações internacionais, como a People in Need, Population Services International (PSI) e a Visão Mundial (World Vision na Língua Inglesa) e as Organizações da Sociedade Civil nacionais mais desenvolvidas, como a Development Workshop, a Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) e a ADPP usam a internet diariamente e têm financiamento suficiente para comprar equipamentos básicos, como computadores e impressoras. As Organizações da Sociedade Civil menores, mormente as rurais, muitas vezes não têm recursos para comprar equipamentos e acessar a internet regularmente. A segurança cibernética ainda não se tornou uma preocupação entre as Organizações da Sociedade Civil de Angola.

## VIABILIDADE FINANCEIRA: 6.3



A viabilidade financeira das Organizações da Sociedade Civil permaneceu imutável em 2020. As Organizações da Sociedade Civil continuaram a enfrentar severas restrições de financiamento, à medida que o declínio económico do país em conjunto com a pandemia limitaram o acesso a fontes externas e domésticas de financiamento e afectaram quase todas as organizações. Muitas Organizações da Sociedade Civil, como a Caritas e a Associação Cristã para o Combate às Drogas, Álcool e Nicotina em Angola tiveram que suspender as actividades por causa da crise. Contudo, outras Organizações da Sociedade Civil, incluindo o Fórum Juvenil de Apoio a Saúde e Prevenção do SIDA (FOJASSIDA) e a Organização Humanitária Internacional (OHI) obtiveram mais financiamento para ajudar as actividades relacionadas à pandemia.

Em 2020, a União Africana (UA), a Organização das Nações Unidas (ONU), a União Europeia (UE) e os governos do Brasil, Canadá, França, Holanda, Estados Unidos da América foram os grandes doadores para as Organizações da Sociedade Civil em Angola. Por exemplo, o Fortalecimento da Resiliência e da Segurança Alimentar e Nutricional em Angola, financiado pela União Europeia, continuou a distribuir fundos para as Organizações da Sociedade Civil por meio de organizações como a Visão Mundial (World Vision em Língua Inglesa), a People in Need, a Codespa

Foundation, a ADPP, a Norwegian Church Aid e a Doctor with Africa. O Fundo Global de Luta contra a SIDA, Tuberculose e Malária também foi um importante doador e aumentou o seu financiamento de 53 milhões de dólares em 2019 para 82 milhões de dólares em 2020. 70% destes fundos foram destinados ao Ministério da Saúde para actividades como vacinações e a compra de materiais de testagem da Covid-19, que as Organizações da Sociedade Civil como a FOJASSIDA, a ANASO e a Prazedor ajudaram a distribuir. Uma parte do financiamento do Fundo Global foi para projectos da Visão Mundial para a malária e da ADPP para o VIH e tuberculose sob o New Funding Model 3 (NFM3), que abrirá licitações subrecipientes para as Organizações da Sociedade Civil em 2021. O Plano de Emergência do Presidente dos Estados Unidos para o Alívio da SIDA (PEPFAR) aumentou o seu financiamento de 5 milhões de dólares em 2019 para 10 milhões de dólares em 2020, uma parte das quais foi para a organização mothers2mothers para implementar actividades na província do Cunene por conta própria e em parceria com a ADPP. A Iniciativa do Presidente dos Estados Unidos da América contra a Malária (PMI) aumentou o financiamento para Angola para 35 milhões de dólares, a maior parte das quais foi para a Population Services International (PSI), Rede Mulheres e a Mentor Initiative.

O Governo de Angola oferece poucas concessões ou contratos às Organizações da Sociedade Civil, embora as organizações possam ocasionalmente celebrar acordos para fornecer serviços aos ministérios do Governo. Por exemplo, num acordo de vários anos, a ADPP recebe financiamento do Ministério da Educação para apoiar quinze Escolas de Magistério ADPP e oito Escolas Polivalentes e Profissionais. Os governos locais, mormente a nível municipal, oferecem pequenos montantes de financiamento às Organizações da Sociedade Civil e em 2020 disponibilizaram fundos para ajudar nas actividades relacionadas à pandemia e em resposta a uma seca severa no Cunene. Por exemplo, a Prazedor recebeu um contrato para sensibilizar as comunidades na província da Huíla em relação às medidas de prevenção do vírus e a FOJASSIDA tinha um contrato para trabalhos semelhantes no Cazenga.

A Chevron, a ExxonMobil, a Total, a Statoil, a British Petroleum (BP) e outras empresas multinacionais têm programas de responsabilidade social corporativa que apoiam a comunidade e os projectos sociais das Organizações da Sociedade Civil. Um banco doméstico líder, Banco Fomento Angola (BFA), emite convites anuais à apresentação de propostas das Organizações da Sociedade Civil e em 2020 forneceu fundos à ADPP para o projecto de educação pré-escolar na província do Uíge. No entanto, muitas empresas privadas reduziram as suas doações para as Organizações da Sociedade Civil em 2020, pois a pandemia afectou a sua estabilidade financeira. A Kangamba Sport, por exemplo, parou de financiar as Organizações da Sociedade Civil devido a dificuldades financeiras.

As Organizações da Sociedade Civil angolanas fazem poucos esforços para gerar renda. A maioria das Organizações da Sociedade Civil estão reluctantes em cobrar por serviços aos beneficiários pobres ou vulneráveis ou por serviços em áreas importantes para as comunidades locais, como protecção ambiental e recolha de lixo. Algumas Organizações da Sociedade Civil ganham pequenas quantias com os seus serviços. Por exemplo, redes temáticas como a Rede Angolana de Organizações de Serviços de SIDA (ANASO), uma rede de mais de 100 Organizações da Sociedade Civil centrada no VIH/SIDA e tuberculose, cobram das organizações membros uma taxa simbólica de membro. A Associação de Desenvolvimento e Enquadramento Social das Populações Vulneráveis organiza feiras artísticas, culturais e workshops de treinamento profissional para arrecadar fundos. A Associação Juvenil para o Enquadramento Social na Huíla também oferece cursos profissionalizantes remunerados. As Organizações da Sociedade Civil raramente obtêm receitas ao prestarem serviços, uma vez que a maioria das organizações são pequenas e possuem poucos activos que podem usar para este objectivo.

A capacidade das Organizações da Sociedade Civil de engajar-se na angariação de fundos permaneceu baixa em 2020. Qualquer angariação de fundos que as Organizações da Sociedade Civil busquem geralmente depende do contacto pessoal, que foi difícil em 2020 devido à pandemia. Uma pequena porção de Organizações da Sociedade Civil maiores, como a Development Workshop, a Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente e a ADPP conseguiu angariar fundos por meio da internet.

As Organizações da Sociedade Civil sediadas em ambientes rurais geralmente usam sistemas simples de gestão financeira baseados no Microsoft Excel. As Organizações da Sociedade Civil de tamanho moderado a grande usam software de contabilidade padrão, como Primavera, QuickBooks ou LCGI. As grandes Organizações da Sociedade Civil, como a ADPP, a Development Workshop e a Prazedor realizam auditorias anuais financeiras regulares com auditores externos reputados.

## ADVOCACIA: 4.9

Apesar das restrições impostas pela pandemia, a advocacia das Organizações da Sociedade Civil permaneceu imutável em 2020.

Nos últimos anos, as Organizações da Sociedade Civil ganharam mais espaço para o diálogo com o executivo e órgãos legislativos. As Organizações da Sociedade Civil são proactivas e capazes de influenciar as políticas públicas ao trazer questões para a atenção dos departamentos ministeriais e Assembleia Nacional. Por exemplo, em 2020, a ANASO trabalhou com os membros do parlamento para garantir alocações orçamentais para projectos das Organizações da Sociedade Civil nestas áreas. A Mosaiko, a Organização Humanitária Internacional, a Development Workshop e outras Organizações da Sociedade Civil aconselharam o

Governo a reunir-se com os jovens para ouvir sobre os motivos por trás das manifestações generalizadas em 2020. Em resposta, o Presidente da República, reuniu-se com cerca de 100 jovens activistas no mês de Outubro para discutir as suas preocupações, como um passo preliminar para definir as políticas de sustentabilidade para os jovens. A reunião contou com a presença de políticos chaves e foi coberta por muitos meios de comunicação nacionais e internacionais. Não se observou nenhum acompanhamento da reunião.

Várias organizações foram capazes de engajar-se na advocacia directamente relacionadas à pandemia. Por exemplo, a advocacia da ANASO resultou no financiamento por parte da Administração Municipal do Cazenga das actividades da FOJASSIDA para combater o vírus. A Organização Humanitária Internacional (OHI) também aconselhou o Governo de Benguela a trabalhar com as Organizações da Sociedade Civil para prevenir a propagação da Covid-19. Além disso, as organizações nacionais como a Omunga, a OHI e a Rede Terra apelaram aos governos centrais e locais para fornecerem apoio financeiro às Organizações da Sociedade Civil, muitas das quais enfrentavam grandes dificuldades financeiras. Não houve resposta relatada ao recurso.

Criou-se vários novos websites para os meios de comunicação sem fins lucrativos durante o ano, incluindo a Mira do Crime, O Estado News, O Decreto e Épito Repórter. As Organizações da Sociedade Civil usaram estes sites para defender várias mudanças nas públicas. Outros meios de comunicação sem fins lucrativos, como a Maka Angola, Club-K Net, Angola 24 Horas, Correio da Kianda e Folha 8 continuaram a promover a liberdade de imprensa e a publicar notícias investigativas durante o ano.

Na actividade de lobby, a Omunga e a OHI colaboraram com os comités parlamentares sobre o Orçamento Geral do Estado (OGE) e propuseram tópicos para discussão relacionados ao pacote legislativo municipal, que estava previsto para ser concluído em 2020, mas foi procrastinado. Outras iniciativas incluíram a cooperação com a Assembleia Nacional pela Omunga, a Mosaiko, o Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade do Género (FMJIG) e a Associação Justiça, Democracia e Paz (AJDP) para prevenir a violência doméstica durante a pandemia.

As Organizações da Sociedade Civil não se envolveram nos esforços para reformar o quadro jurídico do sector em 2020.



## PRESTAÇÃO DE SERVIÇO: 5.1



A prestação de serviço não alterou em 2020. As Organizações da Sociedade Civil continuaram a fornecer serviços nas áreas de água e saneamento, educação e cuidados de saúde para as mulheres empreendedoras, direitos humanos, mobilização juvenil, alcoolismo e artes. Por exemplo, a ANASO trabalhou com o Instituto Nacional de Luta contra a SIDA (INLS) e instituições angolanas de serviços de saúde para distribuir medicamentos às residências de pacientes de alto risco e monitorar indivíduos que possivelmente necessitem de cuidados de saúde. As Organizações da Sociedade Civil organizaram programas de treinamento em defesa social e acesso aos direitos humanos em muitas províncias, embora a pandemia representasse um obstáculo considerável para estas actividades. A Omunga, por exemplo, realizou um treinamento e várias palestras na

província de Benguela sobre os direitos humanos e a OHI realizou um workshop no Lobito sobre o direito de manifestar-se.

As Organizações da Sociedade Civil angolanas fornecem diversos serviços que respondem às necessidades das comunidades. Antes da implementação de projectos, as Organizações da Sociedade Civil diagnosticam as necessidades locais, analisam os motivos por trás deles e preveem possíveis soluções, normalmente em conjunto com os seus beneficiários e a comunidade em geral. Em 2020, a ADPP Angola, por exemplo, facilitou consultas às partes interessadas internas aos níveis nacionais, regionais e locais para obter feedback sobre os objectivos, indicadores e actividades planeadas no âmbito de um projecto para ajudar as comunidades afectadas pela seca. A ADPP também incentivou as comunidades de partes interessadas, que incluem grupos minoritários a envolverem-se ao fornecer cartas de consentimento assinadas para o projecto. Por causa da pandemia em 2020, muitas organizações tiveram que suspender as suas actividades ou encontrar novas formas de permanecer envolvidas com as suas comunidades. Por exemplo, a OHI, a FOJASSIDA, a Associação para o Desenvolvimento Comunitário e outras organizações procuraram ajudar as suas comunidades ao distribuir máscaras ou sensibilizar sobre segurança e precauções. Por meio de seus projectos comunitários, a ADPP Angola construiu sistemas de água “Tippy taps” sem canalização para permitir a lavagem das mãos nas casas.

Na prestação de serviços, as Organizações da Sociedade Civil de Angola realizam estudos de mercados formais e informais e aplicam o seu vasto conhecimento das capacidades sociais e económicas dos seus clientes. Dada a extrema pobreza do país e a sua própria orientação filantrópica, as Organizações da Sociedade Civil acreditam que quaisquer taxas não devem ser um fardo para os beneficiários, mesmo que as receitas possam ser insuficientes para cobrir os custos. Às vezes, as Organizações da Sociedade Civil procuram recuperar custos ou gerar receitas por meio da provisão de serviços. As organizações que administram, por exemplo, centros de treinamento vocacionais, centros infantis (creches), centros de recuperação de toxicodependentes, ou lares de idosos costumam cobrar taxas pelos seus serviços. Na província de Benguela, a Organização Humanitária Internacional (OHI) ofereceu serviços de consultoria pagos a outras organizações em 2020. Às vezes, a ANASO ajuda as organizações a desenvolverem projectos e planos operacionais, com uma taxa igual a uma percentagem de qualquer concessão recebida.

As Organizações da Sociedade Civil geralmente têm áreas de especialização nas quais fornecem apoio especializado a públicos além de seus beneficiários imediatos. Por exemplo, a Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) trabalha predominantemente na agricultura e assessorou projectos na província do Huambo e outras províncias em 2020. O Centro de Apoio aos Jovens (CAJ), a Associação Solidariedade Cristã e Ajuda Mútua (ASCAM), a Prazedor, a Organização Humanitária Internacional (OHI) e outras organizações oferecem serviços de assessoria relacionados ao VIH/SIDA.

O Governo de Angola reconhece o papel das Organizações da Sociedade Civil. Os discursos oficiais do Presidente da República geralmente mencionam a sua importância como parceiros capazes de complementar as actividades governamentais ao alcançar lugares que o Governo não consegue. Os governos locais expressam apreciação semelhante do papel das Organizações da Sociedade Civil.

## INFRA-ESTRUTURA SECTORIAL: 5.7

A infra-estrutura sectorial para as Organizações da Sociedade Civil era ligeiramente mais forte em 2020. Embora as necessidades das Organizações da Sociedade Civil angolana para treinamento e apoio informal ainda sejam significativas, abriu-se um centro de recurso para servir o sector e as organizações trabalharam em conjunto com cada vez mais eficácia.

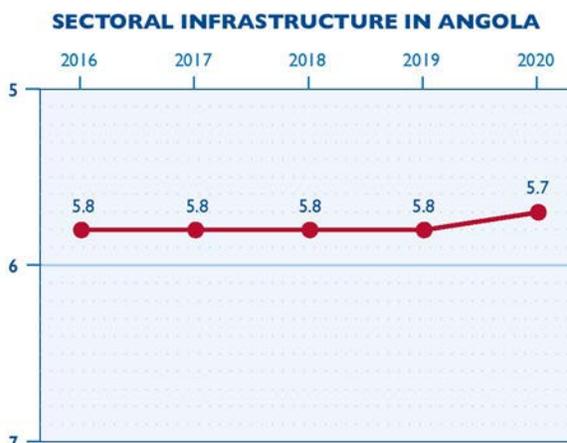
Poucos centros de recurso das Organizações da Sociedade Civil em Angola, e estas que existem são em grande parte informais. Por exemplo, a Mosaiko e a Development Workshop (DW) têm bibliotecas que outras organizações podem usar para pesquisa e partilha de informações. Para incentivar uma advocacia eficaz e reforçar a capacidade da sociedade civil no combate às desigualdades sociais, o Centro de Estudos para a Boa Governação Ufolo (que na língua nacional quimbundo significa “Liberdade”), foi inaugurada em Luanda, no mês de Janeiro de 2020, mas não conseguiu oferecer formação, financiamento ou outros serviços durante o ano.

Não existem organizações de apoio intermediário em Angola e poucas organizações locais oferecem concessões ou reatribuem fundos de doadores.

Existe um sentimento crescente de harmonia em Angola entre as Organizações da Sociedade Civil. Frequentemente, elas trabalham em conjunto para resolver problemas comuns e as redes que representam diferentes sectores funcionam especialmente bem em conjunto. Por exemplo, a ANASO, a Rede Ambiental Maiombe, o Grupo Técnico de Monitoria dos Direitos Humanos (GTMDH) e outras Organizações da Sociedade Civil trabalharam em conjunto em actividades de prevenção do vírus. A Organização Humanitária Internacional, a Associação Justiça, Paz e Democracia, a SOS Habitat, a Omunga e a Furdu cooperam para promover os direitos humanos e em 2020 organizaram campanhas e realizaram palestras sobre direitos humanos para as comunidades locais. Frequentemente, as Organizações da Sociedade Civil incorporam outras organizações nas suas sessões de treinamento ou equipas de campo e de assistência técnica. As Organizações da Sociedade Civil maiores ajudam as organizações com menos experiência a fazer planos ou realizar outros tipos de trabalho. As Organizações da Sociedade Civil também partilham os seus equipamentos informáticos, escritórios, veículos e outros recursos. Por exemplo, a Prazedor concedeu o seu escritório na província da Huíla para a Organização Humanitária Internacional, quando esta última organização trabalhou na província durante dois dias em 2020.

Ofereceu-se treinamento presencial e online em 2020. A Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas (ENAPP) convidou as Organizações da Sociedade Civil para um treinamento sobre formulação de políticas públicas, enquanto a Rede de Acção para o Desenvolvimento da Primeira Infância em África realizou um treinamento sobre gestão financeira, mobilização de recursos e desenvolvimento organizacional para a Associação de Actores Sociais para a Promoção dos Direitos da Primeira Infância em Angola (AASPDPIA) via Zoom. O formato online possibilitou alcançar um público mais amplo do que o habitual. Embora os formadores estejam disponíveis para organizar workshops para as Organizações da Sociedade Civil, é difícil encontrar organizações locais ou indivíduos que ofereçam treinamento especificamente adaptados para as Organizações da Sociedade Civil. A Population Services International (PSI), a People in Need e a ADPP têm manuais que as Organizações da Sociedade Civil podem pedir emprestado e a Development Workshop publicou alguns dos seus manuais no seu website. Os manuais de treinamento estão disponíveis em Língua Portuguesa, mas raramente nas línguas locais.

Um número crescente de Organizações da Sociedade Civil está ciente das vantagens da cooperação intersectorial e procura estabelecer ou manter estas parcerias. Em 2020, muitas organizações, incluindo a FOJASSIDA, a ADPP e a OHI implementaram projectos de desenvolvimento comunitário relacionados à pandemia em parceria formal e informal com entidades do sector privado, como a ExxonMobil, a Chevron, a British Petroleum (BP) e o Grupo Simple Oil. As parcerias com o Governo também continuaram a evoluir. Por exemplo, o Ministério da Educação adoptou o modelo de “Todos Juntos pela Primeira Infância” para uso em todo o país e em Janeiro de 2020 treinou

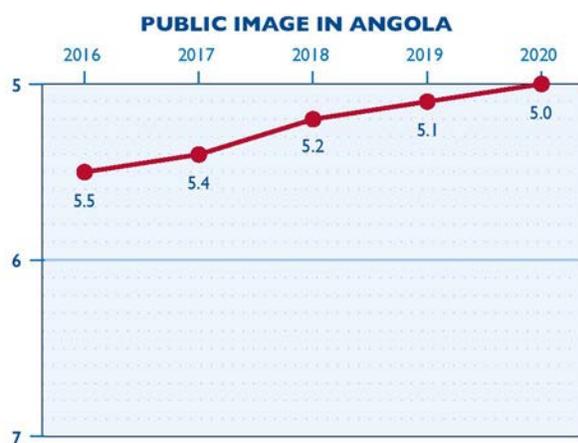


cinquenta funcionários das Organizações da Sociedade Civil para ensinar futuros módulos E-learning sobre operações preliminares e orçamentos abertos para as Organizações da Sociedade Civil de Angola. Durante o projecto implementado pela ADPP, em Janeiro de 2020, a Polícia de Trânsito ajudou o pessoal do projecto e a comunidade a realizar uma procissão sobre segurança rodoviária.

Os meios de comunicação públicos e privados mostraram maior abertura à parceria com as Organizações da Sociedade Civil em 2020. Por exemplo, a Prazedor realizou várias actividades sobre o VIH e a Covid-19, que foram cobertas pelos meios de comunicação como a Rádio Huíla, Rádio Mais e a Televisão Pública de Angola, e os esforços da Organização Humanitária Internacional para prevenir o VIH/SIDA e a malária foram cobertas pela Rádio Benguela, Jornal de Benguela e a TPA Benguela.

## IMAGEM PÚBLICA: 5.0

A imagem pública das Organizações da Sociedade Civil melhorou ligeiramente em 2020, em grande parte por causa da sua presença intensificada na mídia e visões positivas das suas contribuições para o combate à pandemia.



Desde a mudança do Governo em 2017, a mídia fornece cobertura positiva do trabalho das Organizações da Sociedade Civil, mormente se tiver impacto significativo. Isso foi especialmente o caso em 2020, pois várias estações de rádio transmitiram histórias sobre o esforço da Organização Humanitária Internacional, a FOJASSIDA, a Plataforma Mulheres em Acção (PMA), a Associação de Desenvolvimento e Enquadramento Social das Populações Vulneráveis e outras organizações para prevenir a propagação da Covid-19 e distribuíram alimentos, roupas e outros artigos para as populações vulneráveis. Várias organizações, incluindo a FOJASSIDA, a Organização Humanitária Internacional e a ADESPOV receberam tempo de transmissão gratuita para transmitir mensagens sobre os seus projectos e anunciar os seus eventos. Os representantes da Organização Humanitária Internacional

tiveram mais de quatro entrevistas na Voz da América, e seis entrevistas na Rádio Eclésia sobre assuntos que abordaram a democracia e cidadania à economia e justiça social.

A confiança pública nas Organizações da Sociedade Civil parece estar a crescer, e elas são cada vez mais vistas como promotoras de causas nobres. As Organizações da Sociedade Civil de Angola têm credibilidade e são amplamente vistas promotoras do bem-estar das comunidades e do desenvolvimento sustentável. O público também vê as Organizações da Sociedade Civil como fontes de conhecimento para as suas comunidades. Alguns segmentos do público, mormente nas comunidades periurbanas e rurais onde as Organizações da Sociedade Civil tiveram um impacto positivo, entendem o conceito das Organizações da Sociedade Civil com precisão. Mas o papel das Organizações da Sociedade Civil também pode ser mal-entendido, quando as pessoas assumem erroneamente que as Organizações da Sociedade Civil servem aos propósitos do Governo.

O Governo vê algumas Organizações da Sociedade Civil como parceiras na implementação de projectos sociais e na busca de soluções para diversos problemas. Em 2020, o envolvimento das Organizações da Sociedade Civil em actividades relacionadas à pandemia melhorou a sua reputação com os governos centrais e locais. O sector empresarial, mormente as empresas petrolíferas têm impressões positivas das Organizações da Sociedade Civil e financiam muitos dos seus projectos como parte do seu compromisso com a responsabilidade social que é uma dignidade às comunidades. As empresas locais como o Banco de Fomento Angola (BFA), empresas telefónicas, como a Unitel e empresas do sector petrolífero, como o Grupo Simplex Oil financiam projectos das Organizações da Sociedade Civil nas áreas da educação, saúde, ambiente e agricultura.

As Organizações da Sociedade Civil estão cientes que a sua imagem institucional é um recurso valioso para garantir a sua credibilidade e obtenção de financiamento. As Organizações da Sociedade Civil promovem a sua imagem ao partilharem os resultados dos seus projectos com os parceiros governamentais, doadores e membros da comunidade. As Organizações da Sociedade Civil também usam a rádio e a televisão para divulgar informações sobre

as suas actividades. À medida que a mídia melhorou, as relações das Organizações da Sociedade Civil com os jornalistas também melhoraram. Em 2020, jornalistas de meios de comunicação públicos e privados aceitaram convites para cobrir eventos e até solicitaram entrevistas com as Organizações da Sociedade Civil. As Organizações da Sociedade Civil de Angola usam efectivamente plataformas online, como websites, Facebook e WhatsApp para aumentar a sua visibilidade pública.

A maioria das Organizações da Sociedade Civil tem códigos de ética e conduta, que elas partilham com os doadores, se solicitadas. Relatórios anuais são normalmente partilhados apenas com parceiros institucionais e financiadores, embora um grande número de organizações, incluindo a Development Workshop, a Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), a Mosaiko, a ADPP e algumas outras Organizações da Sociedade Civil proeminentes publicam os seus relatórios anuais nos seus websites e até mesmo os partilhem em cópia impressa.

**Aviso Legal:** *As opiniões aqui expressas são dos painelistas e de outros pesquisadores do projecto e que não reflectem necessariamente as opiniões da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) ou da FHI 360.*